Autoridades debatem preocupação em incluir minoria no cadastramento do RCN

A importância de o Estado reconhecer o cidadão desde o nascimento e facilitar o processo de identificação da população foi o tema abordado pela Juíza da 1ª Vara de Família de São João do Meriti (RJ), Raquel Santos Chripino, no debate do Registro Civil Nacional, realizado em Audiência Pública, na manhã desta quinta-feira, dia 3, no plenário da Câmara dos Deputados.

A Juíza trabalha no Poder Judiciário há 18 anos e relatou as experiências que teve com pessoas "que não tinham um único documento pessoal, quanto mais seis" e afirmou que o Registro Civil Nacional irá facilitar a vida da população, agregar uma minoria excluída por falta de documentos de identificação, além de garantir para a sociedade uma segurança real dos dados.

"Nós só vamos ter segurança da preservação dos nossos dados quando aquele papel que carregamos estiverem associados às nossas informações biométricas e fotográficas. Nesse momento poderemos ficar tranquilos", destacou a Juíza.

O Presidente da Comissão Especial, Rômulo Gouveia, ressaltou que a contribuição da Juíza foi muito importante para o debate, uma vez que a mesma abordou um assunto pouco comentado, mas muito relevante para a sociedade.

O relator do projeto, Deputado Julio Lopes, defendeu que a inclusão dessa minoria é uma preocupação dele e reforçou que, com a implementação do Registro Civil Nacional, os dados biométricos ou cadastrais de cada pessoa serão armazenados em base nacional, ou seja, todos os estados terão acesso aos dados.

O Deputado ainda reforçou a importância da escolha do CPF como número único de identificação do cidadão, uma vez que ele já é extremamente utilizado pela população. "Devemos dar ao cidadão a oportunidade dele usar no dia a

dia, perante ao Estado, aquele número de identificação que ele já se recorda", concluiu.

Fonte: Assessoria.

Dilva Ribeiro

119050

P_176974

André Ricardo